

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 660.141 - RS (2015/0025194-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : NEREU RAMOS CALDEIRA
ADVOGADO : ORLANDO MAÇANEIRO E OUTRO(S) - SC013839
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, em 09/12/2014, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PESCA DE ARRASTO. DANO AMBIENTAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

Mantida a sentença que condenou o réu ao pagamento de indenização pela prática de dano ambiental decorrente de pesca predatória realizada com redes de arrasto de fundo, a menos de três milhas da costa do Rio Grande do Sul, assim como ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em *quantum* fixado atendendo aos critérios da proporcionalidade e razoabilidade" (fl. 908e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos artigos 3º, III, alíneas **c** e **e**, da Lei 6.938/81 e 13 da Lei 7.347/85, sustentando que o valor fixado de dano moral coletivo, para a conduta do réu, de apenas 10% do valor do dano material ocorrido, é totalmente desarrazoado e desproporcional.

Alega, ainda, que, nos termos da Súmula 54/STJ, "os juros devem ser fixados a partir do evento danoso", bem como que, "quanto ao termo inicial da correção monetária, a indenização de R\$ 250.000,00 fixada na sentença deve ser corrigida monetariamente desde a publicação do acórdão TRF4" (fl. 931e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 942/950e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 953/955e), foi interposto o presente Agravo (fls. 962/966e).

Contraminuta a fls. 972/975e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, no que diz respeito à tese de que os juros devem ser fixados a partir do evento danoso, bem como em relação ao termo inicial da correção monetária, não houve indicação, no Recurso Especial, dos dispositivos de lei federal que teriam sido violados, o que atrai a incidência, na hipótese, da Súmula 284/STF.

Por outro lado, acerca do dano moral coletivo, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Entendeu a magistrada de origem que, no caso dos autos, existem provas contundentes acerca do potencial lesivo do método de pesca de arrasto de fundo, realizada a menos de três milhas da costa do Rio Grande do Sul, razão pela qual condenou o réu ao pagamento de indenização, adotando o método VERD, que procura quantificar os impactos produzidos no meio físico, no biótico e no ambiente antrópico, bem como ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em valor arbitrado em 10% do valor do dano ambiental. Com efeito, tenho que não merece reparos na sentença, em razão das peculiaridades do caso concreto, cujo trecho transcrevo, adotando os seus fundamentos como razões de decidir:

(...)

- do dano moral coletivo

A indenização do dano moral coletivo é impositiva, cabendo ao julgador, com base nos princípios que informam a atividade jurisdicional, arbitrar valor que se revele adequado a cumprir a função punitiva para o poluidor e compensatória para a coletividade, considerando o potencial econômico do poluidor, a gravidade e a intensidade do dano.

Neste contexto, tenho que a indenização deve ser arbitrada em 10% do valor do dano ambiental, isto é, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

(...)

No sentido de que a fixação do *quantum* indenizatório deve seguir os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, compatível com a extensão do dano causado, o recente acórdão do STJ:
(...) (fls. 891/906e).

Deste modo, a modificação das conclusões adotadas pelo acórdão recorrido, no sentido da razoabilidade e proporcionalidade do valor fixado a título de dano moral coletivo, implicaria, necessariamente, no reexame de provas, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

